

# **COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP**

## **REQUERIMENTO N.º , DE 2009 (Do Senhor Deputado Paulo Pereira da Silva)**

Solicita a realização de audiência pública para debater denuncia sobre o não repasse da redução do IPI no setor de eletrodomésticos para o preço final dos produtos.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, para convidar o Senhor Secretario da Fazenda do Estado de São Paulo, Senhor Mauro Ricardo Machado Costa, o Senhor Abílio Diniz, Presidente do Grupo Pão de Açúcar e Ponto Frio, a Senhora Luiza Helena Trajano, Presidente do Grupo Magazine Luiza, o Senhor Jean-Marc Pueyo, Presidente no Brasil do Grupo Carrefour, o Senhor Hector Nuñez, Presidente no Brasil do Grupo WallMart, o Senhor Samuel Klein, Presidente do Grupo Casas Bahia, o Senhor Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro Eletrônica - ABINEE e o Senhor Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos - ELETROS para debater e esclarecer denúncia sobre o não repasse da redução do IPI no setor de eletrodomésticos para o preço final dos produtos.

## **JUSTIFICATIVA**

Com o objetivo de combater os efeitos da crise econômica internacional em nosso pais, o governo federal adotou, em suas medidas anticíclicas, por solicitação também das centrais sindicais, para manter os empregos, ações que tiveram efeito imediato, como a redução das alíquotas do IPI para

alguns setores da economia, entre eles o de fabricação de geladeiras, fogões, lavadoras de roupas e tanquinhos.

Para nossa surpresa, a desoneração tributaria – que resultou em considerável aumento no volume de vendas – não resultou na queda significativa, ou proporcional, dos preços, seja porque a indústria não repassou o ganho para os preços, seja porque a rede de varejo, com exceções, não quis reduzir suas margens de lucro, ou seja ainda porque alguns governos estaduais, notadamente o de São Paulo, não colaboraram com o Executivo Federal e com a causa dos trabalhadores e consumidores, solicitando – no momento mais inadequado – a antecipação do recolhimento de impostos estaduais, como o ICMS.

Tem essa Audiência Pública, portanto, o propósito de colocar frente a frente todos os atores envolvidos no processo, como forma de esclarecer o ocorrido e garantir o pleno efeito das medidas que o Governo Federal, por solicitação principalmente dos representantes dos trabalhadores, renovou.

Sala da Comissão, em de de 2009.

**Paulo Pereira da Silva  
Deputado Federal (PDT/SP)**